Criminalidade Econômica

O curso de Pós-Graduação em Criminalidade Econômica da PUCPR forma profissionais preparados para compreender e enfrentar os desafios jurídicos mais atuais relacionados aos crimes econômicos e empresariais. Com uma proposta moderna e interdisciplinar, a formação desenvolve competências técnicas e práticas voltadas à aplicação do Direito Penal Econômico e Processual Penal, unindo teoria, análise crítica e estudo de casos reais.

O programa aborda temas essenciais como compliance e prevenção de crimes, lavagem de dinheiro, corrupção, crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem econômica e o mercado de capitais, incluindo discussões sobre criptoativos e novas tecnologias. As disciplinas também exploram a responsabilidade penal de pessoas físicas e jurídicas, a justiça penal negocial e os mecanismos de cooperação e investigação em matéria criminal econômica.

Com professores de referência nacional e internacional, incluindo especialistas de universidades europeias, o curso proporciona uma formação sólida e atualizada, conectada às transformações do mercado e às exigências do cenário jurídico contemporâneo.

Ao concluir a especialização, o profissional estará apto a atuar com segurança e domínio técnico na área, em consultorias especializadas, ou em carreiras públicas como Ministério Público, Defensoria, Magistratura e Polícia Judiciária.

Público-alvo

Destinado a advogados e bacharéis em Direito que desejam se preparar para a advocacia contenciosa ou que atuam como assessores e residentes jurídicos no serviço público. Também é indicado para quem busca ingressar em carreiras públicas, como Ministério Público, Magistratura e Defensoria Pública, ou deseja ampliar suas competências na área penal e fortalecer sua trajetória profissional.Público-AlvoAdvogados ou bacharéis em Direito que almejam preparo para advocacia privada contenciosa ou bem como aqueles que ocupam cargos de assessores ou residentes jurídicos no serviço público ou se preparam para ingressar em cargos públicos, em especial, Ministério Público, Magistratura e Defensoria Pública ou simplesmente almejam crescimento profissional em sua área de atuação criminal.

Campus:
Curitiba

Modalidade:
EAD

Formato:
Aula Online ao Vivo

Duracao:
9 meses

Periodicidade:
Semanal

Mensalidade:
R$ 581.90

Parcelas:
1 parcela de matrícula no valor de R$ 582,00 + 21 parcela(s) no valor de R$ 581,90

Inscricao:
Clique aqui

Disciplinas

Ética

Esta disciplina, voltada para estudantes de várias áreas do conhecimento no âmbito da Especialização Lato Sensu, tem como objetivo analisar os pressupostos da crise moral e os desafios éticos do mundo contemporâneo, por meio de um pensamento crítico e reflexivo sobre a ação humana do ponto de vista pessoal, profissional e social-cidadão. Nela, o estudante correlaciona o mercado e ética, a ética da ação correta e a relativização da verdade, bem como a dignidade humana e a justiça distributiva. Ao final, o estudante é capaz de tomar decisões em vista do bem comum e da felicidade, a partir de um conhecimento amplo sobre virtudes, deveres e responsabilidades como princípios orientadores da ação ética na pesquisa científica, nas instituições públicas e no mundo dos negócios.

Direito Empresarial e Societário

1. Economia dos custos de transação. A escolha da forma jurídica da empresa. 2. O direito societário brasileiro: conceitos fundamentais, atualidades e suas problemáticas. As falhas de mercado e as respostas regulatórias em matéria societária. 3. Os problemas da agência. Os princípios de governança corporativa e sua aplicação no caso brasileiro. 4. Tipos societários e estruturação dos interesses dos sócios. 5. Órgãos sociais: competências, atribuições e funcionamento. 6. Responsabilidades dos administradores sob a perspectiva civil e administrativa. 7. O dever de diligência no contexto da administração das sociedades anônimas. 8. O Direito Societário no contexto do mercado financeiro e de capitais.

Teoria Geral do Delito Aplicada ao Direito Penal Econômico - parte 1

1. Los límites de la teoría del delito en el Derecho Penal Económico y de la Empresa. 1.1. Evolución y características actuales del derecho penal económico, en el contraste entre la protección de la libertad de empresa y los requisitos de protección individual y colectiva. 1.2. El principio de la libertad de empresa en el marco de los requisitos penales de la protección de los derechos individuales y colectivos. 1.3. Los modelos de disciplina del derecho penal económico: a) el modelo "liberal"; b) el modelo "estatista"; c) el "modelo de libertad regulada". 1.4. La libertad del "riesgo empresarial" en la perspectiva de la protección de la libertad económica. 2. Problemas en el tipo objetivo formal (pretensión conceptual de relevancia). 2.1. La estructura de las normas incriminatorias del derecho penal económico y el abuso de las técnicas de reenvío. Particularidades de las leyes penales en blanco. Retroactividad. 2.2. Modalidades de conducta: resultado y mera actividad; omisión opura y comisión por omisión. 2.3. Causalidad, resultado e imputación objetiva (responsabilidad por productos defectuosos). Resultado y mera actividad. 2.4. La penalización del "riesgo empresarial" en la perspectiva de la protección de los derechos individuales y colectivos. El principio de precaución. 2.5. Derecho penal del "riesgo", en el contraste entre “Derecho penal del resultado", y penalización del peligro. 3. Cuestiones del tipo objetivo material (pretensión de ofensa). 3.1. Delitos de lesión (interés jurídico) y delitos de peligro. 3.2. Resultado: perjuicio y beneficio. 3.3. Daño a intereses jurídicos colectivos. 3.4. Iter criminis: actos preparatorios y tentativa de delito.

Teoria Geral do Delito Aplicada ao Direito Penal Econômico - parte 2

1. O dolo e a imprudência nos delitos econômicos. 1.1. A questão da prova do dolo na criminalidade econômica e empresarial. 1.2. Os deveres especiais de cuidado na atividade empresarial e os limites da imprudência penal. 2. A dúvida e o dever de informação nos delitos econômicos. 3. A cegueira deliberada nos delitos econômicos. 4. Relevância das modalidades de erro em Direito penal econômico. (especial referência aos elementos de remissão). 5. Justificação e exculparão em casos de Direito penal econômico.

Teoria Geral do Delito Aplicada ao Direito Penal Econômico - parte 3

1. Concurso de pessoas no Código Penal brasileiro. 2. A teoria do domínio do fato. Formas de domínio. 3. Manejo da teoria pelos tribunais nacionais. 4. Peculiaridades do concurso de pessoas no Direito penal econômico. 2. Impactos dogmáticos da fragmentação da conduta delitiva na empresa. 3. Formas de autoria e de participação e pluralidade de interveniente no ambiente empresarial. 4. Concurso de pessoas em crimes especiais. 5. A responsabilidade por omissão dos dirigentes de empresas. 6. A responsabilidade penal da própria pessoa jurídica.

Processo Penal no Direito Penal Econômico: Fase Investigatória Preliminar

1. Formas de investigação preliminar. 1.1. Inquérito policial. 1.2. Investigação pelo Ministério Público. 1.3. Investigação defensiva. 2. Investigação e meios de obtenção de prova. 2.1. Busca e apreensão. 2.2. Quebras de sigilos financeiro, fiscal, telefônico e de dados. 2.3. Interceptação telefônica, Captação ambiental e Interceptação telemática. 2.4. Infiltração de agentes. 3. Medidas cautelares pessoais e patrimoniais. 3.1. Prisão preventiva e medidas alternativas à prisão. 3.2. Medidas cautelares patrimoniais: Confisco de bens. Arresto e sequestro. 4. Ação controlada. 5. Multiplicidade de esferas de apuração do mesmo fato. 6. Compartilhamento de dados e informações.

Processo penal no Direito Penal Econômico: Justiça Penal Negocial e Colaboração Premiada

1. Princípios da Justiça Penal Negociada. 2. Justiça consensual, transação penal, suspensão condicional do processo, acordo de não persecução penal e colaboração premiada. 3. Direito penal premial e instrumentos de negociação: colaboração premiada, leniência anticoncorrencial, leniência na legislação anticorrupção e a transação na lei de improbidade administrativa. 4. Deontologia da colaboração premiada: papel do Ministério Público, do advogado e atuação das partes. 5. Prova e verdade e Justiça consensual. 6. Regimes jurídicos: da colaboração premiada na Lei 12.850/2013 e leis especiais. 6. Negociação e acordo e sua homologação judicial 6.1. Sujeitos do acordo, impedimento do juiz e acusado preso. 6.2. Redução e alteração da pena. 6.3. Imunidade processual e obrigatoriedade da ação penal. 6.4. Perdão judicial e aplicação do art. 28 do CPP. 7. Atividade probatória no regime de colaboração premiada. 8. Posição do(a) colaborador(a) na instrução. Renúncia ao direito ao silêncio. 9. Retratação da colaboração: disposição de vontade ou inadimplemento do acordo. 10. Valoração da colaboração premiada. 10.1. Valor da colaboração contra o(a) delator(a): a confissão e a prova da materialidade do delito e aplicabilidade do art. 158 do CPP. 10.2. Pessoas inidôneas e a colaboração premiada. 10.3. Valor da colaboração premiada da sentença condenatória: regra de corroboração. 10.4. Delações cruzadas. 11. Acordo de não persecução penal: cabimento, procedimento, celebração, homologação e cumprimento.

Processo Penal no Direito Penal Econômico: Investigação e prova

1. Processo penal aplicado à criminalidade econômica. 2. Requisitos da denúncia e da queixa nos crimes econômicos (foco especial na Lavagem de Dinheiro). 2.1. Denúncias genéricas e a individualização de condutas. 3. Prova no processo penal. 3.1. Terminologia da prova. 3.2. Investigação, propositura, admissibilidade, produção, valoração. 3.3. Ônus da prova. 3.4. Prova emprestada. 3.5. Prova ilícita. 3.6. Meios de prova: Prova documental, pericial, testemunhal e reconhecimento. 4. Provas obtidas por novas tecnologias: tendências na persecução penal. 5. Sentença criminal: correlação entre acusação e sentença.

Compliance jurídico e prevenção de crimes

1: A importância dos sistemas de compliance em organizações. 1.1. Premissas. 1.2. Conceitos básicos. 1.3. Modelos regulatórios. 1.4. Críticas. 1.5. Abordagem realista (necessidade de colaboração público-privada). 1.6. Compromisso com valores. 2. Compliance jurídico nas legislações nacional e internacional. 2.1. Introdução ao compliance jurídico (objetivo, noções, compliance criminal, referências legislativas mínimas) 2.2. Casos de repercussão no Brasil e no

exterior. 2.3. Análise ampliada da legislação com base em seus conteúdos (recomendação, obrigação mediante sanção, sanção ou condição de acordo, exclusão de responsabilidade, interferência na aplicação da sanção). 2.4. Conteúdo elementar dos programas de compliance (identificação de riscos; formação de cultura propícia à fiscalização; organização, controle e reprovação; canais de denúncia e whistleblowers). 2.5. O problema da efetividade. 3. Compliance officer: atuação e hipóteses de responsabilização. 3.1. Introdução. 3.2. Crimes omissivos em geral. 3.3. Omissão imprópria na legislação brasileira: teorias formal e material. 3.4. Diferentes formas de posição de garante nas empresas. 3.5. Três pressupostos e três formas dos deveres do compliance officer como garantidor. 3.5.1 Pressuposto da causalidade. 3.5.2 Pressuposto do estado de conhecimento. 3.5.3 Pressuposto da possibilidade de ação. 3.5.4 Formas de assunção da posição de garante – domínio da organização. 3.5.5 Formas de assunção da posição de garante – ingerência. 3.5.6 Formas de assunção da posição de garante – dever de vigiar. 3.5.7 Distinção quanto ao tipo de dever – proteção e controle. 3.6. Os intermediários e a delegação. 3.7. Sugestão para redução do nível de comprometimento criminal do compliance officer. 4. Métodos de identificação da idoneidade: certificação em compliance. 4.1. Real finalidade dos programas. 4.2. Idoneidade como parte da natureza do compliance. 4.3. Certificação em compliance: indicadores objetivos, Sentencing Guidelines (EUA), Guia do DOJ (EUA), Manual do SFO (UK), Código Penal da Espanha, Asociación Española de Normalización (UNE), ISO 19600 e 37001. 4.4. Exemplos da América Latina. 4.5. Literatura jurídica. 4.6. Possibilidades normativas de certificação.

Teoria de aplicação da pena no Direito penal econômico

1. Fundamento e função da pena no ambiente empresarial. 2. Modalidades e critérios de aplicação das penas no ambiente empresarial. 2.1. Reação penal frente às pessoas físicas. 2.2. Reação penal frente às para pessoas jurídicas. 3. Efeitos das penas no ambiente empresarial. 3.1. As penas pecuniárias. 3.2. As penas interditivas e de outra natureza. 4. Desafios à eficácia sancionadora no ambiente empresarial. 4.1. O contexto penológico do Direito penal brasileiro. 4.2. O contexto penológico no entorno europeu 4.3. O contexto penológico no entorno anglo-saxão 4.4. Particularidades do modelo do “Sentencing Guidelines” no ambiente empresarial

Corrupção e Lavagem de Dinheiro

1. Bem jurídico do delito de Lavagem de Dinheiro. 2. Perspectiva normativa das Leis 9.613/98 e 12.683/12. 3. Conceito de lavagem de capitais. 4. Conceito jurídico de Corrupção e sua conexão com o crime de lavagem de dinheiro. 5. Consumação do delito de lavagem: ato inaugural e exaurimento. 6. Análise do posicionamento das Cortes Superiores Brasileiras em casos de lavagem de dinheiro. 7. Advocacia e lavagem de dinheiro. 8. Disposições Administrativas.

Crimes Contra a Ordem Econômica

1. Ordem econômica: perspectivas econômica, jurídica e interpretação. 2. Tutela penal da empresa: conceito jurídico de empresa, criminalidade de empresa e criminalidade organizada. 3. Tutela penal da livre concorrência. 3.1. Livre concorrência, abuso de poder econômico, domínio de mercado e cartel. 4. Administração desleal de órgãos societários e delito de infidelidade patrimonial. 4.1. A insuficiência do modelo legislativo atual na tutela do patrimônio de empresas contra atos dolosos do seu gestor. 4.2. O modelo da legislação alemã (Untreue) e a proposta de modificação legislativa brasileira.

Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional e Ordem Tributária

1. Lei 8.137, de 27/12/1990. 1.1. Conceito aos fatos geradores (suprimir Obrigações Principal ou Acessória). 1.1.1. Falsificar ou omitir dados em declarações, e, deixar de pagar tributo em dinheiro. 1.1.2. Fraudar, iludir a fiscalização (procedimento administrativo fiscal). 1.1.3. Falsificar nota fiscal (obrigação acessória); Deixar de fornecer nota fiscal (obrigação acessória), de indústria, serviço, ou simples remessa. 1.2. Descaminho e Contrabando. 1.3. Responsabilidade penal tributária. 1.4. Efeitos penais do pagamento e parcelamento de tributos. 1.5. Lei 9.983/00: Da

Apropriação Indébita previdenciária. 1.6. Da Responsabilidade penal objetiva. 4.7. Da Imputação Objetiva penal. Recentes discussões sobre sua aplicação. 2. Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional Lei 7.492, de16 de junho de1986, a saber: 2.1. Conceito de Instituição Financeira; 2.1.1. Da Instrução Normativa RFB n. 2.278, de 28/08/2025. 2.1.2. Das Pessoas do Art. 25 (Lei 7.492). 2.2. Emissão e circulação de cautelas/CDB/RDB/Fundos etc, no mercado financeiro sem prévia autorização. 2.3. Divulgação de informação falsa de instituição financeira. 2.4. Definição da natureza jurídica e consumação criminosa da gestão fraudulenta e temerária; 2.5. Da apropriação criminosa de "dinheiro", titulo etc, 2.4.1. Fidúcia criminosa, deslealdade da posse (indireta) de ativo; 2.5. induzir, iludir, sócio ou investidor para circunstância inexistente (delitiva); 2.6. Emissão falsa de títulos ou valores (Art. 7º), dobrar recebíveis; 2.7. Exigir usuras sobre operações de ativos financeiros; 2.8. Fraudar a fiscalização ou o investidor apresentando documento falso (dissimular); 2.9. Fraude contábil; 2.10. Manter (em caixa - ocultar) ou movimentar recursos paralelos, depósito em dinheiro via caixa da instituição financeira (lavagem?); 2.11. Deixar (ocultar), esconder, iludir, documentos ao interventor etc; 2.12. Consecução delitiva praticada pelo liquidante de instituição financeira podendo ocorrer concurso de agente (Art. 29 CP) com participação de uma das pessoas do Art. 25; 2.13. Apresentar, documentos falsos em liquidação extrajudicial, podendo ocorrer concurso de agente (Art. 29 CP) com participação de uma das pessoas do Art. 25; 2.14. Tomar ou receber. Do empréstimo vedado (case) esposa do banqueiro excede saldo da conta corrente bancária, alcança adiantamento a depositante para não ser devolvido o cheque; 2.15. Violar sigilo de operações financeiras; obter mediante fraude financiamento e outros modos de operações financeiras; 2.16. Aplicação de recursos financeiros com finalidade diversa à Lei; efetuar operação de câmbio não autorizada; 2.16.1. 3. Da evasão de divisas. Regência da Lei nº 10.303, de 31/10/2001. 3.1. Realizar operações simuladas (dissimuladas) manobras fraudulentas (cases) que alterem o funcionamento das bolsas. 3.2. Utilizar-se de informação relevante (confidencial) para obtenção delitiva de lucro. 3.3. Atuar sem especificidade e autorização legal no mercado

Crimes contra o Mercado de Capitais e delitos relacionados a criptoativos

1. Criptoativos. 1.1. Conceito e funcionamento do sistema. 1.2. Moedas virtuais e tecnologia blockchain. 1.2. Regulação de criptomoedas no Brasil e no mundo. 2. Criminalidade digital e as alterações na Lei de Lavagem de Dinheiro. 3. O crime de fraude com criptoativos (artigo 171-A do Código Penal). 4. Condutas criminosas no mercado de capitais. 4.1. A criminalização do uso de informação privilegiada no mercado de capitais. 4.2. Análise de caso concreto em delitos com criptoativos: colaboração premiada, pagamentos com criptoativos e o funcionamento de supostas pirâmides financeiras.

Direito Penal Ambiental

1. Fundamentos e Problemas Estruturantes do Direito Penal Ambiental. 1.1. Estrutura jurídica da tutela penal ambiental: o bem jurídico "meio ambiente" e sua proteção penal. 1.2. Princípios constitucionais limitadores da intervenção penal: legalidade, ofensividade, subsidiariedade, fragmentariedade e proporcionalidade. 1.3. Princípio da precaução e princípio da intervenção mínima: tensões dogmáticas e político-criminais. 1.4. Gênese e evolução da Lei de Crimes Ambientais: contexto político-criminal e análise crítica. 1.5. Natureza difusa e transindividual do bem jurídico ambiental: implicações dogmáticas e político-criminais. 1.6. Elementos objetivos, subjetivos e normativos do tipo penal ambiental: dolo, culpa, tipos de perigo e de dano, crimes de acumulação. 1.7. Iter criminis e concurso de pessoas em crimes ambientais. 2. Responsabilidade Penal de Dirigentes e Agentes no Âmbito Empresarial. 2.1. Crimes omissivos e a posição de garantidor: fundamentos dogmáticos aplicados aos crimes ambientais. 2.2. Atribuição de responsabilidade a dirigentes: deveres de controle e de vigilância. 2.3. Crimes ambientais - reflexões sobre hipóteses - materiais, formais e de mera conduta. 2.4. A presunção de responsabilidade e a superação de modelos objetivos de imputação. 2.5. Dificuldades práticas de persecução e análise de casos paradigmáticos. 3. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. 3.1. Fundamentos constitucionais e dogmáticos: modelos de heterorresponsabilidade e autorresponsabilidade. 3.2. Elementos para a imputação penal da pessoa jurídica. 3.3. Os grandes desastres ambientais: reflexões desde casos

práticos. 5.4 Análise de precedentes e casos paradigmáticos do STF e STJ. 4. Infrações Penais Ambientais em Espécie (Lei nº 9.605/98). 4.1. Crimes contra a fauna (arts. 29 a 37). 4.2. Crimes contra a flora (arts. 38 a 53). 4.3. Crimes de poluição e correlatos (arts. 54 a 61). 4.4. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (arts. 62 a 65). 4.5. Crimes contra a administração ambiental (arts. 66 a 69-A). 5. Tutela da Biossegurança. 6. Reparação do Dano Ambiental e Consequências Jurídico-Penais. 6.1. Responsabilidade civil e penal: distinções e convergências. 6.2. Acordos de não persecução penal e instrumentos negociais. 6.3. Efeitos da condenação e extinção da punibilidade. 6.4. Medidas de reparação e recomposição ambiental.